

Convocados pela CUT, servidores pressionam o governo em Brasília

Fotos: Fernanda Silva/Sindjus-DF

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovada no Congresso no dia 17 de julho com as regras que deverão orientar a elaboração e a execução do Orçamento para 2013 mas não trouxe a emenda defendida pelo deputado João Dado (PDT-SP), relator do PCS da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, que concedia aos Poderes autonomia para reajustarem seus próprios vencimentos. Na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a emenda chegou a ser defendida por Dado, mas foi derrotada na votação. No dia seguinte, 18 de julho, 20 mil servidores federais de várias categorias e estudantes de todo o país fizeram grande marcha em Brasília para pressionar o governo federal pelas revisões salariais



No alto, milhares de manifestantes na Esplanada. Acima, Ponciano é quase escoltado

Convocados pela CUT, os manifestantes fizeram ato unitário em frente ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto e, em seguida, saíram em marcha até a Esplanada dos Ministérios para promover um acampamento em frente ao Ministério do Planejamento.

O Sisejufe esteve representado pelos diretores sindicais Roberto Ponciano e Helena Cruz, pelos servidores de base João Cunha (JF da av. Venezuela), Anarrosa Freire Coutinho, Anete de Souza Andrade e Neli da Costa Rosa (TRF); além da assessora política do sindicato Vera Miranda. “Essa manifestação mostra o que sempre defendemos: a importância vital da CUT e o peso político da central em momentos de intransigência do governo para negociar com os trabalhadores”, afirma Roberto Ponciano.

Já em frente ao Bloco K do Ministério do Planejamento, o novo presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, eleito em 12 de julho, discursou: “O enfrentamento é comum. E não é mais possível que o governo não aceite negociar com as entidades

sindicais. Receber as lideranças para uma confraria não nos interessa. Portanto, exigimos que o governo apresente propostas para todas as categorias em luta, senão a greve continua, continua e continua”.

O dirigente da Fenajufe Zé Oliveira também informou as últimas manifestações promovidas pela categoria judiciária, com destaque para a greve de 48 horas dias 4 e 5 de julho, quando, em vários estados do país, os servidores dificultaram o registro dos candidatos às eleições municipais. “Se o governo não negociar a nossa revisão salarial, os servidores do Judiciário Federal e do MPU, há seis anos sem reajuste, deverão novamente deflagrar um movimento de greve em nível nacional”, avisou.

A comprovação de que a marcha dos servidores federais preocupou o governo foi a quantidade de policiais militares deslocados para acompanhar os manifestantes durante todo o percurso. Diferentemente das outras caminhadas promovidas pelo Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, a do dia 18 de julho contou com um número infinitamente maior de efetivo da PM, que logo em frente ao Palácio do Planalto tentou impedir a subida dos cerca de 20 mil servidores em direção à sede do Ministério do Planejamento, do lado norte da Esplanada. Depois de muita negociação dos organizadores do ato

com representantes da corporação, a marcha finalmente retomou o seu percurso.

Antes mesmo de os manifestantes chegarem ao MPOG, uma barreira de policiais foi formada, na altura dos Ministérios do Exército e da Marinha. “Eu não quero acreditar que essa barreira seja para impedir o nosso protesto. Não há necessidade de todo esse aparato policial. Aqui não tem bandido, aqui tem trabalhador que luta contra essa política de arrocho do governo”, disse, do carro de som, o servidor do IBGE e umas das lideranças do movimento, Paulo Barela.

“Estes atos mostram a força da Central Única dos Trabalhadores, que sempre esteve ao lado dos Servidores do Judiciário e que agora mostra todo seu empenho para resolver a situação dos Servidores Públicos Federais, com a atuação firme do Presidente da Central e

a organização de toda a logística do ato”, disse o diretor sindical Roberto Ponciano.

CUT foi ao STF cobrar reajuste do Judiciário Federal

Um grupo de representantes da CUT (DF e Nacional) foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde

de quinta-feira, 19 de julho, para conversar com o chefe de gabinete da Presidência, juiz Sergio Mendes e tratar da pauta de reivindicações que a Central vai apresentar ao presidente Ayres Britto. Entre os pontos dessa pauta está o reajuste dos servidores do Poder Judiciário Federal.

O encontro teve o papel de acertar a agenda e a pauta da reunião que deve acontecer com Ayres Britto. É importante lembrar que no último Concut, realizado entre os dias 9 e 13 de julho, em São Paulo, a CUT aprovou uma resolução repudiando a atitude do Executivo de obstruir a aprovação do PCS da categoria judiciária e destacando a importância da valorização desses servidores.

Imprensa Sisejufe com informações da CUT Nacional, Fenajufe e Agência Brasil.

LEIA MAIS

Saiba como foram as paralisações dos dias 4 e 5 de julho

PÁGINAS 4 e 5

FESTA AGOSTINA do Sisejufe COM O TRIO FORRÓZÃO

Sexta-feira, 17 de agosto a partir das 19h

Clube de Engenharia Av. Rio Branco, 124/24º andar Centro – Rio de Janeiro

Salão com dois ambientes e vista para o mar

Ingressos a R\$25 para sindicalizado(a) restrito a 2 por pessoa (sujeito a confirmação em lista).

Comidas e bebidas liberadas e quatro dançarinos contratados para dançar e ensinar o ritmo nordestino aos convidados.

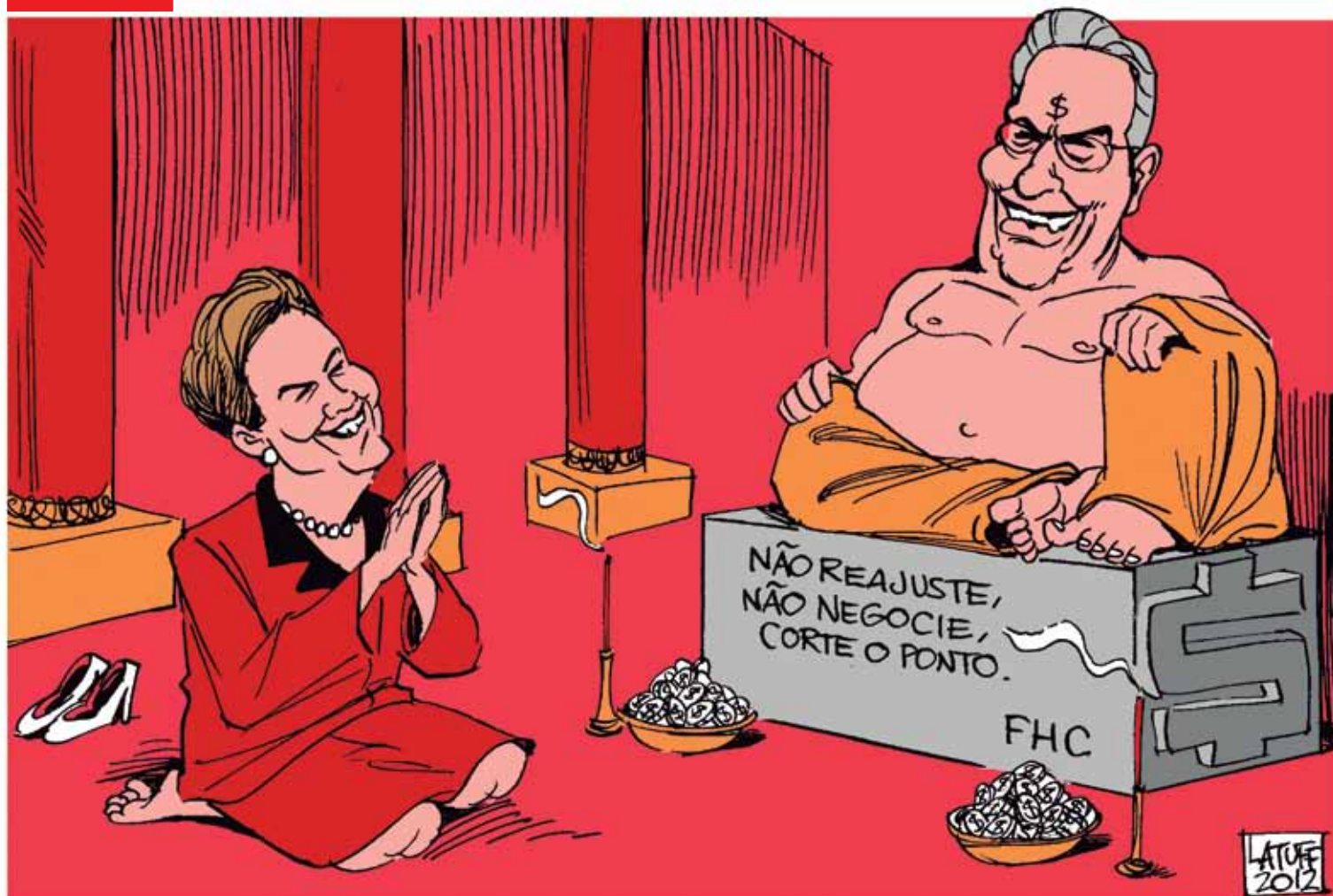
Informações no telefone (21) 2215-2443

DAP se reúne dia 31 de julho e promove “Bingo Cultural”

O Departamento dos Aposentados e Pensionistas (DAP) realiza em 31 de julho, reunião tradicional do segmento, a partir de 15h, no auditório do Sisejufe, com a presença da coordenadora do departamento Lucilene Lima e da advogada Araceli Rodrigues representando o Departamento Jurídico. Na ocasião serão dados informes sobre a luta pela aprovação do PL 6.613/2009, a Marcha dos Servidores Públicos Federais em Brasília, entre outros.

Ao final do encontro, o DAP vai promover um “Bingo Cultural” com distribuição de brindes. “Nosso objetivo é ter um espaço de integração e luta, mas também de muito carinho, descontração e conforto para que todos e todas se sintam incluídos na luta sindical”, disse Lucilene Lima, coordenadora do DAP.

Latuff



CUT APOIA A GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Vagner Freitas*

No dia 19 de julho, ao ser perguntado se havia possibilidade dos servidores públicos federais fazerem uma greve geral, respondi que, em uma democracia, os conflitos se resolvem com diálogo, com negociação. Reforcei com as seguintes frases: “quanto mais negociação, melhor”, e “nós não estamos colocando essa discussão [de paralisação geral], por ora. Se houver essa proposta, discutiremos com a sociedade”, conforme reproduziu corretamente o jornal Valor Econômico.

No entanto, o jornal O Estado de São Paulo, distribuiu para todo o país por meio da Agência Estado, uma matéria com o seguinte título: “CUT não apoia greve, mas pressiona Dilma”.

Para nós da CUT, a greve é um instrumento legítimo de luta e não temos receio de utilizá-lo sempre que se esgotam as possibilidades de acordo por meio da negociação. E os servidores públicos federais tiveram de recorrer à greve inúmeras vezes para conquistar melhores salários e qualidade de vida, inclusive durante o governo do presidente Lula, cujo projeto nós apoiamos, como todos



Foto: Dino Santos/CUT Nacional

sabem. É importante lembrar que todas essas mobilizações foram lideradas pela CUT, central que representa 90% dos servidores públicos federais do país.

Segundo levantamento feito pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese, entre 2003 e 2010, os servidores federais e os trabalhadores públicos da União realizaram 248 greves para pressionar o governo Lula a abrir negociações – as principais reivindicações foram reajustes salariais e reestruturação dos planos de cargos e carreiras. Já entre 1995 e 2002, durante o governo FHC que defendia o Estado mínimo, foram 133 greves.

Fiz essas considerações para que todos entendam que é preciso ler com cuidado as manchetes e os

títulos dos jornais, especialmente em épocas de campanha eleitoral. Manchete e título é interpretação do editor responsável e, muitas vezes, quando lemos o conteúdo da matéria percebemos que o entrevistado não falou o que diz o título, como é o caso da matéria do Estadão. Basta ler a matéria do Valor para perceber a diferença de tratamento dado ao que foi dito.

Não só apoiamos a greve dos servidores como estamos fazendo uma série de audiências com ministros para cobrar a abertura de negociações, a apresentação de propostas. Só esta semana (entre 16 e 20 de julho) me reuni com a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral)

e Aloizio Mercadante (Educação) deixando clara a preocupação da CUT com a forma como o governo vem tratando os representantes dos trabalhadores no processo. Em todas as audiências deixei claro que é preciso apresentar propostas, não apenas para o pessoal da Educação, mas para todos os servidores. Disse também que não aceitaremos a desculpa da crise. Queremos manter o poder de compra dos salários.

Solicitei uma audiência para a segunda-feira, 23 de julho, com o ministro Ayres Brito, presidente do Supremo Tribunal Federal. O objetivo é tratar da questão do pessoal da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). A audiência, no entanto,

talvez tenha que ser adiada por motivos de saúde. Tudo isso mostra o comprometimento da CUT, a maior central do Brasil, com a luta dos servidores públicos federais e o nosso compromisso em abrir espaço para negociação, conseguir conquistas para os trabalhadores.

Estaremos atentos a todas as formas de distorção, de manipulação das entrevistas que objetivem tumultuar o processo, desgastar a CUT ou influenciar nas eleições municipais de outubro. Nossa luta, no momento, é por melhores salários e condições de trabalho para os servidores públicos federais e nada mais.

*Presidente Nacional da CUT.

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **EDITOR-CHEFE:** Henri Figueiredo

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso na 3Graf em Papel Reciclado. 8,6 mil exemplares.

Depois de pressão da CUT, Dilma se reúne com Ayres Britto

Fotos: Fernanda Silva/Sindjus-DF

Luta pelo PCS4

Diretoria do Sisejufe*

As pressões feitas pelos servidores do Judiciário Federal e de outras categorias do funcionalismo nas últimas semanas, com destaque para a Marcha Nacional dos servidores públicos federais capitaneada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no último dia 18, já podem ser consideradas positivas no que se refere às negociações em torno do PL 6.613/2009. É o mínimo que se depreende da reunião acontecida no final da tarde e início da noite de segunda-feira, 23 de julho, entre a presidenta da República Dilma Rousseff com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, de acordo com o divulgado no site oficial da Presidência.

A pressão da CUT foi fundamental para que o governo reabrisse negociações com os servidores. Todos os diretores de sindicatos e da Fenajufe CUTistas intervieram nos grupos de trabalho para que o PCS4, da categoria judiciária, e o reajuste dos servidores federais fossem prioridade da CUT logo após o Congresso da central sindical, no início deste mês de julho.

No Congresso da CUT (Concut), foi aprovada uma resolução geral para a revisão salarial

dos servidores e uma específica, sobre o nosso PL 6.613, já que estamos há quase 4 anos sem receber nenhum reajuste e há mais de 6 anos sem reposição da inflação. Aprovamos as resoluções no Concut e o presidente eleito, Vagner Freitas, prometeu que seu primeiro trabalho seria um grande ato capitaneado pela central em Brasília exigindo a abertura de negociação com os servidores; que esta seria a prioridade da CUT, a primeira luta a ser desenvolvida.

O presidente recém eleito da CUT cumpriu a promessa de campanha e, no dia 18 de julho, a CUT colocou 20 mil trabalhadores em Brasília, das várias entidades CUTistas, fazendo uma grande marcha, enfrentando a polícia, ocupando o Ministério do Planejamento e exigindo o reajuste. O discurso do presidente da CUT foi bem claro: “Não aceitamos que os trabalhadores paguem a crise; esta crise não foi gerada pelos trabalhadores, mas pelos rentistas, pelos banqueiros. Os trabalhadores não pagarão pela crise!”.

A postura dura da CUT, exigindo reunião com a Presidência da República e reunindo-se com os ministros Gilberto Carvalho e Aluizio Mercadante, exigindo reunião com a ministra Miriam Belchior (e a conseguindo por meio dos trabalhadores



Os extremistas que querem acabar com a CUT, retirando nosso sindicato e o isolando no gueto, neste momento não teriam a quem recorrer para forçar qualquer negociação. Se a negociação reabriu, a grande responsável por esta reabertura foi a central, com sua atitude de autonomia e combatividade que colocou o governo na parede, e os sindicatos filiados a ela, que compreendem que uma central forte, autônoma, democrática é organizada de baixo para cima, através dos seus sindicatos, utilizando a estrutura da sindical para nos unir e a força da central para exigir mesa de negociação com o governo. Vale lembrar que a Fenajufe e o Sisejufe são CUTistas e assim devem permanecer

acampados no Ministério do Planejamento) e dizendo que não aceitaria aumento zero foi decisiva. A CUT também pediu reunião com o ministro Ayres Britto, presidente do STF, com a pauta do nosso aumento, pedindo intervenção imediata do ministro para finalizar o projeto e foi dura na posição de que não aceitaria a negativa da Presidência da República.

Sempre defendemos que a única forma, neste momento de crise, para reabrir a negociação era a intervenção da Central Única dos Trabalhadores. A central que reúne 37% de toda a força de trabalho do Brasil, que sozinha é maior do que todas as demais centrais juntas, que reúne mais de 40 milhões de trabalhadores em seus sindicatos de base, é um instrumento de luta indispensável à classe trabalhadora. A posição da CUT, exigindo a reabertura de negociação, não aceitando o aumento de 0%, dizendo que os trabalhadores não vão pagar

a crise, é fundamental para derrubar a intransigência do governo federal.

Os extremistas que querem acabar com a CUT, retirando nosso sindicato e o isolando no gueto, neste momento não teriam a quem recorrer para forçar qualquer negociação. Se a negociação reabriu, a grande responsável por esta reabertura foi a central, com sua atitude de autonomia e combatividade que colocou o governo na parede, e os sindicatos filiados a ela, que compreendem que uma central forte, autônoma, democrática é organizada de baixo para cima, através dos seus sindicatos, utilizando a estrutura da sindical para nos unir e a força da central para exigir mesa de negociação com o governo. Vale lembrar que a Fenajufe e o Sisejufe são CUTistas e assim devem permanecer.

O encontro dos presidentes, oficialmente agendado e confirmado para segunda-feira, dia 23 de julho às 17 horas, nada

garante, em termos de fechamento de acordo. Mas num momento em que o governo federal estava completamente intransigente e o PL 6613 parecia irremediavelmente perdido, sinaliza para uma possível mudança de posição que pode sim viabilizar um acordo e a vitória da categoria. Por isto, o Sisejufe participou da atividade da maior central sindical do Brasil e da América Latina, quinta maior do mundo, porque sabemos que sem a coesão, a força da classe trabalhadora protagonizada na CUT, não teríamos como mudar este jogo. Isolada, sozinha, nossa categoria não teria força para agendar reuniões. Permaneceremos atentos e vigilantes no nosso sindicato e com a nossa central até a vitória final do PCS4. É a força da CUT, somos CUT, somos fortes!

*Eleita em 2011, com transparência, defendendo a filiação cutista.



A central que reúne 37% de toda a força de trabalho do Brasil, que sozinha é maior do que todas as demais centrais juntas, que reúne mais de 40 milhões de trabalhadores em seus sindicatos de base, é um instrumento de luta indispensável à classe trabalhadora

Servidores da Justiça Eleitoral fizeram as prim

Luta pelo PCS4

No primeiro dia da greve de 48 horas, na quarta-feira, 4 de julho, se destacou a mobilização no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Sede, na avenida Presidente Wilson, onde dezenas de servidoras e servidores participaram de uma assembleia às 17h. Cerca de uma hora antes, uma cena curiosa: o presidente do tribunal, desembargador Luiz Zveiter, ficou um pouco irritado ao descer do carro oficial bem diante de uma faixa de protesto pela reposição salarial da categoria, na porta do TRE



Henri Figueiredo*

Ao constatar que a maioria dos presentes no local eram, de fato, servidores em greve, Zveiter amenizou o tom e conversou com os ativistas. “Eu já fui do Tribunal de Justiça e, lá, apoiéi a greve. Acontece que temos o calendário eleitoral e, por isso, esse momento para nós é delicado”, argumentou o desembargador. Depois de poucos minutos de conversa, na calçada, com servidores como Leonardo Couto Chueri e David Gonçalves Soares (ambos do TRE) e a diretora sindical Márzia Maranhão, Zveiter subiu para participar da reunião que acontecia entre o corregedor regional eleitoral, juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar, o diretor sindical Moisés Leite (TRE) e o diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves, que também é coordenador executivo da Fenajufe.

Desta reunião também participaram a secretária de Orçamento e Finanças do TRE, Elizabeth Rignetti Moraes, e a secretária de Gestão de Pessoas, Deborah Bulhões do Carmo. Segundo o diretor-

presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, a posição da Administração do TRE em relação ao movimento grevista é muito clara e está materializada no Aviso CRE Nº 58/2012. “O ato não será revogado, de acordo com o que nos foi informado na reunião de hoje. De nossa parte, o que está colocado pela nossa categoria, não só no Rio, mas em âmbito nacional, é o seguinte: se não houver um empenho maior em se revolver a questão, vamos chegar em outubro sem condições de realizar as eleições. Não temos outra alternativa. Não significa dizer que a Justiça Eleitoral está, neste momento, sendo usada para garantir o reajuste dos demais servidores. Nós somos um conjunto, uma só categoria”, explica Valter.

Ao abrir a assembleia, por volta das 17h20min, o diretor sindical Moisés Leite foi enfático: “Neste momento, com fatos importantes acontecendo no calendário eleitoral, é preciso demonstrar para a Administração do tribunal e para a sociedade que temos capacidade de reação. Nós desejamos atrapalhar a eleição no Rio de Janeiro? Ora, a resposta

é não! Queremos realizar uma grande eleição, mas as pessoas precisam ter consciência de que estamos há 6 anos sem reajuste salarial e só vamos conseguir fazer com que identifiquem essa nossa demanda se nos unirmos e permanecermos mobilizados”.

O técnico judiciário Eduardo Brasil, do Protocolo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da rua do Lavradio, também estava presente na manifestação diante do TRE e falou ao microfone. “Quero dizer à população que aqui estão pessoas que lutam por suas famílias. Lutamos por reposição inflacionária. Lutamos pelo Estado de Direito que conquistamos junto com a Dilma. O impacto orçamentário do nosso reajuste é muito aquém do que é divulgado falaciosamente sobre nossas funções. Nossa tarefa é mostrar as contradições da ex-guerrilheira Dilma que, agora presidente, não pode usar de ditadura para não nos conceder o que é de direito”, disse Brasil. Ao final de sua fala, o servidor lembrou a todos do arrastão às 7h de quinta-feira, 5 de julho, no foro do TRT da Lavradio, com o objetivo de mobilizar os colegas para a greve.



Contextualização do

O diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira, iniciou sua fala à assembleia em frente ao TRE com uma breve análise de conjuntura. Ele explicou que, na última semana de junho, preparando o arcabouço jurídico da legalidade da greve, o Sisejufe informou ao TRE que a categoria iria parar nos dias 4 e 5 de julho em razão da falta de negociação do PL 6613 que está no Congresso desde 2009 – procedimento realizado por praticamente todos os sindicatos do segmento Judiciário Federal. No fim de maio, os presidentes dos tribunais eleitorais tiveram a reunião do Colégio de Presidentes que aconteceu em Palmas, no Tocantins. A possibilidade de a greve

afetar o calendário eleitoral – em especial, os dias de registro eleitoral – começou a preocupá-los.

“Nós já havíamos dito à ministra Cármen Lúcia, que é uma das interlocutoras dessa questão, junto com o presidente do Supremo, ministro Ayres Brito, que era preciso pressionar o governo e que a categoria já não tinha condições de esperar. Hoje repetimos a mesma coisa ao corregedor regional eleitoral: greve é o último recurso que um trabalhador tem. Nós estamos dando um grito de desespero. A categoria não tem nenhum interesse em manchar o processo democrático no país. O governo joga com o tempo – sabe que se conseguir adiar, entra o recesso parlamentar. E, depois,

Principais mobilizações nos dias 4 e 5 de julho

Fotos: Henri Figueiredo



PAULO LINDESAY

Diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN
Técnico de Informações Geográficas e Estatísticas (IBGE)

“O Lula foi à televisão e disse que a dívida externa brasileira estava paga, que éramos credores do FMI, essa informação a mídia trabalhou e o povo assimilou como verdade. Hoje o serviço da dívida externa do Brasil está em torno de US\$ 406 bilhões e a dívida interna, que de interna não tem mais nada porque está totalmente na mão dos capitais estrangeiros, está em torno de US\$ 2,5 trilhões. Somados os dois serviços, nós devemos ao sistema financeiro, em torno de US\$ 3,2 trilhões. Isso significa, companheiros, 76% do PIB nacional. O último PIB que o IBGE levantou, em 2011, foi em torno de US\$ 4,2 trilhões. Por isso, o governo não tem de onde tirar dinheiro para os trabalhadores. Se vocês olharem o Orçamento da União, vão perceber que a Educação, a Saúde, todas as questões sociais desse país, estão vivendo um paradoxo: temos grande arrecadação, mas não há dinheiro para reajustes de servidores.”



Servidores ocupam Plenário e fazem presidente do TRE do Rio se manifestar

Henri Figueiredo*

A quinta-feira, 5 de julho, segundo dia da mobilização nacional para comprometer registros de candidaturas, no chamado “Apagão Eleitoral”, também serviu para informar a sociedade sobre os seis anos sem reajuste salarial pelos quais passa a categoria judiciária com a distribuição de uma Carta à População com as razões do movimento grevista. Os servidores estiveram desde o fim da manhã mobilizados em frente ao TRE Sede, na avenida Presidente Wilson, no Centro do Rio de Janeiro. Por volta das 15h, dezenas de ativistas subiram até o Plenário do tribunal, onde acontecia a sessão, e lotaram a sala de maneira ordeira e silenciosa.

O presidente do TRE, desembargador Luiz Zveiter, interrompeu a sessão e se dirigiu diretamente aos servidores em greve dizendo que na tarde anterior tinha recebido o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, e o diretor sindical Moisés Leite. “Entendo que há alguns momentos que tem de haver uma pressão, mas acho não pode carrear para a Justiça Eleitoral todo o ônus. Eu tenho o compromisso de conversar com os parlamentares do Rio de Janeiro e todos os presidentes de TREs vão fazer isso. Tenho certeza que antes das eleições vamos conseguir sanar essa desvirtuação, vamos dizer assim, que os funcionários da Justiça Eleitoral têm tido com perdas salariais durante esse período”, afirmou Zveiter.



O desembargador ainda defendeu o corregedor regional eleitoral, juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar: “Eu quero também limpar a barra do corregedor, que está preocupado porque ele baixou um aviso e eu vou assumir a culpa: a responsabilidade foi minha. Entendam que é uma coisa *pro forma*, por formalidade. O corregedor é uma boa pessoa”. Após a fala de Zveiter, os manifestantes deixaram

o Plenário e seguiram para um ato público diante do tribunal. Em sua intervenção, a diretora sindical Mariana Liria, que é oficial de justiça e coordena do Departamento Jurídico do Sisejufe, foi firme: “Falar hoje que o ato é *pro forma*, é morder e assoprar. Temos é que confiar em nós mesmos, no poder da coletividade. Neles eu não acredito”.

*Da Redação.



movimento de greve

o Congresso só funciona em esquema de plantão. Se não conseguirmos neste ano, alguém tem dúvida que a nossa perspectiva é só para 2014?”, avalia Valter.

O diretor-presidente do Sisejufe acredita que a resposta da categoria na questão de atrasar os registros eleitorais é uma possibilidade efetiva de luta: “Se houver perseguição, se houver processo administrativo, se houver corte de ponto, o sindicato vai estar atuando e defendendo. Agora, este momento para nós é crucial: não temos outra alternativa”, afirmou.

No mesmo raciocínio, o diretor sindical Moisés Leite fez a fala final da assembleia. “A Administração do TRE está preocupada em cumprir o calendário eleitoral. Deixar

que isto aconteça, vai depender de cada um de nós, de todos nós, de estarmos mobilizados. Cada vez que batem na gente, mais capacidade de reação nós temos. Por isso em relação ao corte de ponto, eu tenho certeza que vamos reverter por estarmos todos mobilizados”. Moisés concluiu sugerindo que todos comparecessem vestindo preto, em 5 de julho, e se dirigissem até o Plenário do TRE para acompanhar a sessão de quinta-feira construindo uma manifestação silenciosa diante dos desembargadores. A proposta foi posta em votação, no final da assembleia, e aprovada com apenas um voto contrário.

*Da Redação.



VALTER NOGUEIRA ALVES

Diretor-presidente do Sisejufe

“O governo conseguiu no STJ uma liminar determinando que, no âmbito da Justiça Eleitoral, se mantenha trabalhando pelo menos 80% dos servidores. A AGU pediu uma multa diária, por descumprimento, de R\$ 100 mil e o presidente do STJ aplicou uma multa diária de R\$ 200 mil. (...) Isso mostra como o governo age e como a Justiça também age.”



MARIANA LIRIA

Diretora sindical
Coord. do Depto. Jurídico

“Falar hoje que o ato é *pro forma*, é morder e assoprar. Temos é que confiar em nós mesmos, no poder da coletividade. Neles eu não acredito. Se sentiram amedrontados porque o movimento chamou a atenção da imprensa e, mesmo assim, o fato de estarmos há seis anos sem reajuste não saiu em nenhuma das notas que foram publicadas!”



FLÁVIO PRIETO

Diretor sindical
Membro Depto. de Imprensa

“A mídia diz que o servidor público é privilegiado quando, na verdade, existe muita diferenciação entre servidores. Tem quem ganhe o teto constitucional, tem quem ganhe acima. E tem quem ganhe a média ou abaixo da média da população. (...) Seis anos sem reajuste já significa perda acumulada de 40%. Quando se combate o reajuste, a imprensa deixa de publicar essa informação porque a ideia é demonizar o servidor.”

Sisejufe se reúne com servidores de cartórios do interior na greve de 48 horas

Luta pelo PCS4

No segundo dia de greve de 48 horas do Judiciário Federal do Rio de Janeiro em 5 de julho, o Sisejufe visitou as Zonas Eleitorais dos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, com objetivo de ressaltar aos servidores a importância de aderir ao movimento paredista e tranquilizar a base sobre as ameaças de corte de ponto e processo disciplinar emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral, por meio do corregedor juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar.



Tatiana Lima*

Em visita a Duque de Caxias, em 5 de julho, o dirigente sindical Roberto Ponciano conversou com os servidores do cartório eleitoral nº 128, no qual se registrava as candidaturas eleitorais. Segundo informações dos funcionários, até às 11h30min, o cartório não havia recebido qualquer pedido de registro. Porém, eles esclareceram que devido à ameaça de represálias da corregedoria do TRE, os servidores não se sentiram à vontade para aderir à greve de 48 horas mesmo avaliando como importante o movimento paredista.

O diretor sindical Roberto Ponciano conclamou os servidores a participarem de um ato em frente à 128 ZE nº 128, às 13h. Parte da categoria atendeu ao pedido do sindicato enviando servidores de cada um dos 10 cartórios do Polo Eleitoral. No ato, os ativistas se comprometeram a fazer uma reunião interna para decidirem

se vão aderir ou não às próximas paralisações.

Já em São João de Meriti, Roberto Ponciano acompanhado dos diretores sindicais Sidnei Barbosa Seixas e Marcos André Leite Pereira, também conversaram com servidores e realizaram dois atos públicos. O primeiro foi realizado em frente ao Polo Eleitoral às 15h30min, e o segundo ato em frente ao prédio da Justiça Federal às 16h20min.

O diretor sindical Roberto Ponciano fez um passagem em todos as seis ZEs de São João de Meriti convocando os servidores para o primeiro ato No cartório eleitoral nº 187, responsável pelo registro das candidaturas, o diretor destacou a importância da adesão da ZE ao Apagão Eleitoral e da não efetivação dos registros de candidatura. O chefe da seção do cartório se limitou a informar que a ZE não participaria do Apagão. Parte dos servidores das várias zonas eleitorais atenderam o pedido do

diretor e participaram do ato em frente ao Polo.

A mobilização de greve continuou no prédio da Justiça Federal. Lá, os diretores Sidnei Barbosa Seixas e Marcos André Leite Pereira fizeram arrastão junto com o funcionário do sindicato Anderson Paixão, conclamando os servidores a participarem do segundo ato do dia, em frente ao prédio da JF.

A atividade começou às 16h20, com cerca de 20 servidores. Um dos chefes de cartório afirmou que as ameaças de represálias do TRE acabaram revoltando os trabalhadores e os motivando ainda mais a participar de uma nova greve. Inclusive, de acordo com o diretor Roberto Ponciano, este chefe de cartório chegou a propor que todos os chefes de cartórios deveriam entregar o cargo ao mesmo tempo como forma de pressionar o TRE.

O diretor sindical Sidnei Barbosa Seixas reconheceu as dificuldades de mobilização da categoria

na região. Contudo, destacou que greve ou paralisação de uma categoria não é feita somente por um diretor sindical e, sim, por todo o conjunto de trabalhadores do Foro. O dirigente Sindical Roberto Ponciano, frisou aos servidores do Polo Eleitoral de São João de Meriti que o Sisejufe pode viabilizar e fazer todo o esforço para que os servidores se sintam com estrutura para realizar a paralisação, fornecendo cartazes, carro de som, adesivos e apitos. O sindicato está a disposição da categoria tanto no interior quanto no Capital.

“Há um problema concreto nessa greve. As pessoas tem que decidir se querem o conforto da sua função comissionada ou se querem arriscar a sua FC ou CJ para ganhar aumento salarial real. Há um problema grande nesta categoria: se criou o mito na cabeça de cada um de que é possível fazer greve sem qualquer risco. Sem corte de ponto ou a possibilidade de perder as suas

funções”. E completou: “As FCs são de livre disposição da administração. Independente da direção que estiver no sindicato, existe um problema concreto e real a ser enfrenta: a chantagem das FCs”, pontuou Ponciano.

Ele foi enfático ao afirmar que “entre o resultado das assembleias e a mobilização real da categoria há um hiato”, pois os servidores participam da assembleia e votam pela paralisação das atividades, mas sobem para trabalhar com medo de perder as FCs.

Os diretores Marcos André e Ponciano disseram que o governo tem usado a mesma estratégia do ano passado para enrolar a categoria. Portanto, sem uma mobilização dura não vai haver aumento. “Não adianta só criticar o governo e fazer campanha para não votar nos candidatos do governo, se continuamos trabalhando”, disse o diretor Marcos André.

*Da Redação.

Em 4 de julho, sindicato visitou Belford Roxo, Nova Iguaçu e Queimados

O diretor sindical Roberto Ponciano esteve na Baixada Fluminense durante todo o dia 4 de julho, acompanhando a mobilização no primeiro dia da greve de 48 horas deliberada pela categoria do Judiciário Federal do Rio de Janeiro. Ponciano passou pelos cartórios eleitorais de Nilópolis, Queimados, Nova Iguaçu e Belford Roxo e falou com servidores em todos locais de trabalho tentando tranquilizá-los com relação às ameaças do corregedor regional

eleitoral, juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar, sobre a possibilidade de procedimentos administrativos contra quem aderir ao movimento. “Lembrei aos colegas que os julgados do CNJ e do STF sobre o direito de greve no serviço público não preveem punição disciplinar para servidores que exerçam esse direito constitucional inalienável”, explicou o dirigente sindical.

Em todas as cidades visitadas, Roberto Ponciano constatou um clima de apreensão e medo

diante da postura antissindical adotada pelo corregedor. Ainda assim, em Queimados, os servidores disseram que vão aderir ao movimento através de “operação padrão”, ou seja, retardar ao máximo os serviços para pressionar o governo encaminhar a votação do reajuste da categoria.

Já em Nilópolis e em Nova Iguaçu, o Sisejufe encontrou dificuldades em fazer o convencimento dos trabalhadores que continuam apreensivos com as ameaças.

Em Belford Roxo, de acor-

do com Ponciano, houve uma reunião muito produtiva com os servidores de todos os cartórios eleitorais. Eles se comprometeram a aderir à greve ainda que não neste momento. Os servidores alegaram que precisaram fazer uma discussão anterior, e presencial, com algum diretor do sindicato e teceram críticas à falta de “elos de ligação entre diretoria e a categoria no interior do Rio de Janeiro”. O diretor sindical concordou com as críticas, mas frisou que esta direção é a

primeira a eleger representantes locais de base e é necessário que, em todos os locais do interior, existam tais representantes para que esse elo seja efetivo. Diante do fato de o sindicato ter aceitado as críticas da base, os servidores ouviram em Belford Roxo se comprometeram a fazer uma discussão entre eles e, possivelmente, aderir ao movimento nas próximas paralisações.

Henri Figueiredo
Da Redação.

Em São Gonçalo, adesão de 80% da categoria

Em São Gonçalo, o Apagão Eleitoral teve adesão de 80% da categoria nos dias 4 e 5 de julho. Ato públicos foram realizados das 16h às 19h, em frente ao cartório eleitoral nº 87 (responsável pelo registro de candidaturas), localizado no Centro de São Gonçalo. O horário para o ato foi escolhido de forma unânime pelos servidores por ser o de maior procura dos partidos políticos para registrar candidaturas. Com cartazes, faixas, apitos e carro de som, os servidores se revezaram no microfone para explicar à população a situação da categoria (sem reajuste salarial há 6 anos). Toda a estrutura para o piquete de greve e ato dos servidores foi fornecida pelo Sisejufe e teve a presença dos diretores sindicais Helena Cruz, lotada na JF de Niterói, Francisco de Assis, JF São Gonçalo e Adriano Nunes dos Santos, da JF de Itaboraí.



“Foi muito positiva a adesão da categoria em São Gonçalo, principalmente, porque os servidores dos dez cartórios eleitorais se reuniram no dia 3 de julho e decidiram aderir ao Apagão. Ligaram para o sindicato e pediram estrutura para realização do trabalho. Isso mostra que greve é feita pelo servidor e depende da vontade e união da categoria”, avaliou a diretora sindical Helena Cruz.

Ela conta que já no dia 4 de julho houve diversos servidores que aderiam à greve de 48 horas. Porém, no começo, a ameaça da Corregedoria do TRE intimidou os servidores.



“A indignação venceu o medo ou qualquer receio. Mais servidores vieram participar do ato do dia 5 de julho. O aviso de

corde de ponto da Corregedoria do TRE gerou revolta devido ao tratamento dado pelo tribunal aos servidores. Isso acabou por

motivá-los”, analisou Helena Cruz.

Vários servidores ainda aproveitavam a ida de candidatos

para fazer o registro no cartório eleitoral para conversar com eles sobre a situação da categoria que enfrenta um congelamento salarial de seis anos.

O diretor Adriano Nunes dos Santos que participou do movimento paredista em São Gonçalo, também esteve acompanhado da diretora Helena Cruz, nos dois cartórios eleitorais de Itaboraí em 4 de julho. Os diretores conversaram sobre o movimento paredista e a necessidade de paralisação da categoria, porém, as duas ZEs da região não aderiram à greve.

Tatiana Lima – Da Redação.

Núcleo de Agentes de Segurança elege representantes para seminário na Bahia

Com a presença de 16 profissionais do segmento, o Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe teve reunião na noite de 18 de julho, na sede do sindicato. Na pauta, informes sobre a luta pelo Plano de Cargos e Salários (PCS) e sobre o 4º Coletivo dos Agentes de Segurança (Conas) da Fenajufe, a expectativa da sanção presidencial ao PL 2.057/2007 e o 7º Seminário da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus), que acontecerá de 16 a 19 de agosto, em Salvador (BA). Conduzida pelo diretor sindical Carlos Henrique Ramos da Silva, o Carlão, atual coordenador do NAS, a reunião teve a presença do diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves – também coordenador executivo da Fenajufe.

Além dos temas previamente pautados, o diretor sindical Ademir



PL 2057 foi um dos principais temas debatidos na reunião do NAS em 18 de julho



Carlão (E) é o coordenador do NAS. Gregolin (D) vai a Salvador



Joel: debate sobre porte de arma

Gregolin informou aos presentes a situação dos agentes de segurança do TRT – que se sentem mais à vontade em trabalhar com colete, ao passo que a administração do tribunal tem uma orientação de os servidores trabalharem de terno. De

acordo com o informado, ficou decidido que, nas audiências, os agentes trabalharão de terno e na parte externa estarão mais à vontade de colete – o que criará uma situação, inclusive, de maior segurança e visibilidade dos agentes para o público.

Para Carlão, a reunião foi muito proveitosa. “A situação complicada da luta pelo reajuste salarial leva quase todo o tempo da diretoria sindical. É importante, no entanto, estarmos atentos às demandas específicas do segmento de agentes e o nosso núcleo sempre foi muito ativo dentro do sindicato. Em função das mobilizações gerais pró-PCS, nós protelamos o máximo possível este encontro, mas precisávamos reunir neste momento e tratar das nossas questões pontuais”, disse.

Para o diretor sindical Joel Lima de Farias, o encontro foi importante pela discussão de como vai se dar o porte de arma para os agentes se efetivamente for implementado no Judiciário Federal. “Aprovamos também os nomes dos colegas que vão para Salvador brigar pelo que vai ser melhor para a nossa categoria junto ao pessoal da Agepoljus.

Esse encontro vai ser importante para tentarmos unificar as ideias do segmento em todo o país. Até porque, hoje em dia, é a Agepoljus que toma a frente, praticamente sozinha, das ações que nos interessam”, explica Joel.

Os agentes de segurança eleitos para representar o NAS no seminário da Agepoljus são: Iury Barbosa (TRF); Wallace Nascimento da Silva (JF/São João de Meriti); Eldson Bezerra da Silva (TRF/CCJF); e Ademir Gregolin (TRT). “Esses quatro colegas estarão levando para Salvador a ideia do NAS do Sisejufe, a ideia aqui do Rio de Janeiro para o encontro da Bahia”, disse o coordenador do NAS, Carlos Henrique. A próxima reunião do núcleo está prevista para o dia 19 de setembro.

Henri Figueiredo
Da Redação.

Contra a desinformação em massa

Mídias Sociais Servidor do Judiciário Federal cria blog para debater e disputar espaço com meios de comunicação tradicionais

Max Leone*

O debate político, conceitos econômicos, aspectos sociais e formas de abordar assuntos pela mídia tradicional considerados inadequados por quem mantém senso crítico sempre provocaram inquietação e indignação no analista judiciário da Justiça Federal do Rio Mário César Pacheco. Mas como se contrapor a isso, fazer frente à enxurrada de informação e disputar espaço com os meios de comunicação hegemônicos? A saída foi partir para o enfrentamento aproveitando a possibilidade oferecida pelas mídias sociais. Sem perder tempo, o servidor, que é um dos diretores do Sisejufe, criou um blog, o Perspectiva Crítica¹, espaço aberto para discussões e reflexões diárias sobre o que a imprensa comercial produz.

Mário César afirma que era “um leitor cansado de ler artigos de jornal que muitas vezes são publicados com falta de informação ou de forma tendenciosa, causando desinformação em massa”. Com a criação do blog, pretendia “criticar artigos e debater temas que são abordados de forma irresponsável, em especial temas políticos, econômicos e sociais”. Em entrevista ao Contraponto, ele mostra como faz esse embate.

*Da Redação.

Contraponto – O que o levou a criar um blog para discussões?

Mário César – A minha motivação principal foi querer responder artigos mentirosos e omissos publicados sobre o Judiciário e o servidor público, de forma geral. A segunda motivação, e muito importante, foi a de meus amigos que recebiam mensagens minhas e entenderam que não deveriam ficar restritas ao nosso grupo de discussão. Eles me sugeriram criar o blog. O blog iniciou em 21 de junho de 2010 e escrevo em média 12 artigos por mês. No primeiro mês houve 987 acessos só da Alemanha e menos

do Brasil. Depois o Brasil tomou conta e hoje são em torno de 3 mil acessos por mês de mais de 40 países. Já houve acessos do Vietnã, Irã, Bulgária, Suécia, Mongólia, de todo lugar que você imagine.

Contraponto – Você considera mesmo que essa iniciativa possa ser uma alternativa para se contrapor à mídia tradicional?

Mário César – Inicialmente era mais um desabafo. Hoje, com outros blogs indicando e publicando os artigos e com o acréscimo e constância de acessos, considero esta a única iniciativa possível para a efetiva participação do cidadão. A mídia convencional tem naturalmente o apoio de empresas comerciais, industriais e bancos. A grande mídia, mais organizada, foi bem definida pela Dr.^a Vera Chaia, doutora em comunicação pela PUC-SP: empresas como Globo, Estadão e Folha de S.Paulo estão cooptadas pela elite financeira e reproduzem notícias sob a perspectiva desse grupo. Em segundo lugar, em organização vem a mídia comercial e industrial, do qual o Jornal do Commercio é exemplo. Essa mídia elenca temas e publica notícias sob o prisma empresarial da elite produtiva, que é mais aproximado com os interesses das pessoas físicas, mas que com eles não se confundem. A pessoa física, o cidadão, chefe de família e contribuinte individual, microempresário e autônomos não têm organização própria que possa apoiar, criar e manter uma mídia que inove na pauta de debates sociais. Os bancos têm a Febraban. As indústrias têm a Fiesp, Firjan e CNI. Os grandes comerciantes e empresas de comércio têm a CNC. E as pessoas físicas? Estes não têm organização que discuta fatos políticos e econômicos sob seu prisma. Aí entram os Blogs Sociais, como os chamo, como o Perspectiva Crítica. Eles são as vozes do cidadão, dos indivíduos, elencando temas e publicando fatos que são do interesse das pessoas físicas e seus familiares, sob a perspectiva do cidadão brasileiro e contribuinte individual. O leitor não é induzido a entender o fato pelo prisma do escritor, mas instigado a raciocinar sobre o fato e tirar suas próprias conclusões, podendo seguir ou não a conclusão do escritor. Isso é o que eu faço. Essa é a novidade do blog Perspectiva Crítica.



Foto: Henri Figueiredo

MÁRIO CÉSAR PACHECO

“O leitor sabe se você está sendo partidário ou não, principalmente em um blog, já que a escrita tem caráter mais direto e pessoal. (...) Mas é óbvio que minhas convicções acompanham e informam minhas escolhas de temas, meus raciocínios sobre fatos sociais e minhas conclusões. Portanto, ser diretor sindical é um indicativo de que dificilmente eu escreveria enaltecendo movimentos que prejudicam o trabalhador.”

Contraponto – Você consegue fazer distinção entre seu blog e a política sindical, tendo em vista que também você é diretor sindical?

Mário César – Totalmente. O leitor sabe se você está sendo partidário ou não, principalmente em um blog, já que a escrita tem caráter mais direto e pessoal. A manipulação de informação é mais fácil através de publicações em jornal porque apresenta fatos, já sob sua perspectiva, e conclusão como se fosse verdade jornalística. A forma de escrever ao ser mais impessoal dá a impressão de maior seriedade e distanciamento, mesmo que no fundo você esteja sendo parcial. Mas é óbvio que minhas convicções acompanham e informam minhas escolhas de temas, meus raciocínios sobre fatos sociais e minhas conclusões. Portanto, ser diretor sindical é um indicativo de que dificilmente eu escreveria enaltecendo movimentos que prejudicam o trabalhador. Mas seria capaz de escrever sobre isso mostrando prós e contras para a sociedade, municiando o leitor de informações e raciocínios para que ele concluísse se retirar determinado direito trabalhista seria interes-

sante, por exemplo. Eu não acredito em maquiavelismos que a grande mídia sempre utiliza. Eu acredito na verdade e a busca por ela exige que se exponha todo e qualquer tema, mesmo que seja para mostrar opinião em determinado sentido.

Contraponto – Não teme que a base confunda uma coisa com a outra?

Mário César – Não, pois a base do Sisejufe é constituída de uma elite intelectual da nossa sociedade, por mais que nós não acreditemos nisso. Metade dos servidores da Justiça Federal, por exemplo, são de agentes de segurança, oficiais de justiça, analistas e técnicos pós-graduados. Eles têm total capacidade para criticar o blog e entender se os artigos publicados se confundem com política sindical. Por outro lado, eu publico sobre Educação Especial e evolução de taxas de juros básicos no Brasil, Europa, EUA e Japão com argumentos técnicos também. Como isso poderia ser confundido com política sindical? O tema de servidores públicos é apenas um entre muitos, todos importantes.

Contraponto – Que perspectiva você vê para as mídias sociais? Vão vencer a batalha ideológica?

Mário César – Vão. Mas não como talvez quem leia esta resposta entenda. Eu já pude notar alteração na forma de jornalistas escreverem e no acesso aos jornais e manchetes de matérias que tiveram grande repercussão nas mídias sociais. Os jornais acompanham a mídia social e a vitória que ocorrerá não será da mídia social contra a mídia convencional. A vitória será da sociedade quando a mídia convencional publicar notícias de forma menos indutiva e mais informativa, elencando não somente os temas que seus maiores anunciantes desejam, mas também temas de interesse do cidadão e do trabalhador, respeitando a perspectiva individual e não enaltecendo exclusivamente a perspectiva empresarial. Os jornais terão que se aproximar da mídia social porque esta é mais próxima da população e pode expor a imagem da mídia convencional com riscos para sua credibilidade em sociedade e a manutenção de suas vendas e operações.

¹<http://perspectivakritica.blogspot.com.br/>